



EDP Renewables

Balanco Patrimonial - Em milhares de reais			
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	7	7.269	29.180
Impostos a compensar	8	10	-
Cauções e depósitos vinculados	10	10.065	-
Adiantamento a fornecedores	11	27	111
Partes relacionadas	9	6.156	6.156
Outros créditos	12	16	485
		<b>23.546</b>	<b>29.775</b>
<b>Não circulante</b>			
Cauções e depósitos vinculados	10	2.824	807
Imobilizado	13	153.307	54.339
		<b>156.130</b>	<b>61.302</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>179.677</b>	<b>91.077</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras - Em milhares de Reais

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Central Eléica SRM III S.A. ("Companhia" ou "SRM III"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 17 de dezembro de 2017, tem como objeto social a exploração, produção, transmissão, distribuição, comercialização, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Eléica SRM III e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, Sala 17, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. 1.1. **Autorização do Parque Eléico Santa Rosa Mundo Novo II:** Em 04 de junho de 2018 o Parque Eléico foi autorizado pela ANEEL para a geração de energia elétrica em uma usina e produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 03 de junho de 2053. Em 20 de dezembro de 2017 a Companhia vendeu 180 MW médio de energia no Leilão de Energia 05/2017, por meio do projeto de geração elétrica Santa Rosa Mundo Novo III, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início previsto para janeiro de 2022, a Companhia de EDP Renováveis. O Parque eléico encontra-se em construção com data prevista para entrada em operação no 1º semestre de 2022.

Empresa	Central Eléica SRM III
Usinas	EOL Santa Rosa e Mundo Novo III
Localidade	Produtor Independente
Outros	
Estado	RN
Capacidade instalada (MW)	33,60
Energia assegurada (Mm)	20,00
Data do início da operação	04/06/2018
Autorização / Registro	03/06/2053

**1.2. Capital circulante líquido negativo:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido pagamentos aos fornecedores referente a conclusão da construção do parque eléico. O encerramento do ciclo de giro no exercício de 2022 será alcançado da seguinte forma: (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu início em julho de 2021 (ii), desembolso de empréstimo junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNB), (iii) se houver necessidade aporte de capital da holding. **1.3. Impactos do Co-ronavírus (COVID – 19) para a Companhia:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) se pronunciou afirmando que a (COVID-19) é uma pandemia. Devido à situação, governos e o setor privado tomaram decisões significativas que, somadas ao impacto gerado pela pandemia, geraram incertezas e volatilidade, o que pode gerar impacto nas demonstrações financeiras. No Brasil, os governos federal, estadual e municipal publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, como instauração do estado de calamidade, restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. A Administração tem avaliado de forma constante o impacto da pandemia nas operações e a higienização das áreas comuns do escritório, etc. A Companhia adotou medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus empregados às riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade. A EDP Renováveis S.A., sendo o principal acionista da Companhia, tem vindo a reforçar a sua posição financeira, com aporte de capital, tornando-a mais bem preparada para absorver os potenciais impactos que podem advir desta pandemia. A Companhia, como parte integrante das comunidades locais, está empenhada em apoiar a sua recuperação e desenvolvimento. A Companhia tem desenvolvido iniciativas em todas as localidades onde está presente para ajudar as comunidades locais no combate à pandemia, em coordenação com o Grupo EDP. A Companhia fez doações para bancos de alimentos, equipamentos médicos e kits de teste rápido. A resposta da Companhia à crise global está alinhada com o seu compromisso de manter uma relação de proximidade com as comunidades locais, buscando compreender, respeitar e atender às suas necessidades, buscando contribuir para a melhoria das condições de vida das sociedades locais e para a prevenção e resposta a eventuais impactos da pandemia para a construção do parque eléico. A Companhia não sofreu impacto significativo financeiro e econômico ao longo do exercício de 2021. Para 2022 o efeito financeiro e econômico, dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras e a avaliação da continuidade da Companhia estão incluídas nessas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18 de agosto de 2022. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo é baseada no grau de observância das variáveis utilizadas está apresentada na nota explicativa nº 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 19, de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais as estimativas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que são consideradas razoáveis para as circunstâncias, incluindo, quando aplicável, um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas: • Imobilizado: determinação da vida útil e do valor residual, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº13). • Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civis: reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das salidas de recursos (nota explicativa nº 23).

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros depósitos com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado. **b) Imobilizado:** O parque eléico conta, principalmente, com terrenos e edificações e máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e o custo de aquisição de ativos de capital. A classificação da mensuração do valor justo é baseada no grau de observância das variáveis utilizadas está apresentada na nota explicativa nº 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 19, de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais as estimativas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

**6. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR**  
**Ativos compensáveis**  
IRRF sobre aplicações financeiras  
**Total**  
10 -  
-  
**Passivo a recolher**  
ICMS sobre diferencial de alíquota  
Imposto de renda e CSLL  
PIS, COFINS e CSLL sobre serviços prestados por terceiros  
IRRF sobre aplicação financeira  
ISS  
Outros  
**Total**  
31 -  
16  
3  
1  
38  
25  
70 -

**9. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS**  
Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:  
**Objeto do contrato**  
**Ativo**  
**Partes relacionadas**  
Liquidação de operação de Hedge – Repasse EDP (C) EDP Renováveis Brasil S.A.  
Comprometimento de Capex (a) SRM III, III, IV e V.  
**Passivo**  
**Fornecedores**  
Comprometimento de atividade e alocação de gastos – Pessoal e Infraestrutura (b) EDP Renováveis Brasil S.A.  
Comprometimento de atividade e alocação de gastos – Pessoal e Infraestrutura (b) SRM III  
Comprometimento de Capex (a) SRM III  
Operação de Sistema (e) EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S. A.  
**Partes relacionadas**  
Redução de capital (d) SRM Holding S.A.  
**Total**  
6.146 6.146  
10 9  
6.156 6.155  
5  
(4.480)  
(26.481) -  
(26.481) -  
(4.480)

**a) Comprometimento de CAPEX:** Em 24 de agosto de 2021 as empresas Centrais Eléicas SRM III, II, III, IV e V celebraram contrato de consórcio com o compromisso de dividir em partes iguais as estruturas comuns de subestação, linha e bay de conexão inerentes aos parques elétricos. O contrato registrado no ato refere-se a valores pagos pela SRM III de natureza imobilizado, que foram compartilhados entre as Centrais Eléicas SRM III, II, IV e V. **b) Comprometimento de atividades e alocação de gastos:** A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Comprometimento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção. Sobre esse saldo não incide juros remuneratórios. **c) Liquidação de operação de Hedge – Repasse:** A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Hedge de proteção de fluxo de caixa para pagamento de equipamentos para a construção do parque eléico de SRM III. Em 2020 com a liquidação da operação de Hedge, a variação apresentada gerou valores a serem pagos pela Companhia para a controladora indireta EDP Renováveis Brasil S.A. **d) Redução de capital:** Em 08 de setembro de 2021, a Companhia realizou redução de capital no valor de R\$ 26.480, por jugão excessivo para o exercício de suas atividades. Conforme cláusula 5.4 do registro, a Companhia estipulou o prazo de até 31 de março de 2022 para a devolução do montante para a sua controladora, SRM Holding S.A. Até 31 de dezembro de 2021 não houve pagamento de redução de capital. **e) Contrato de monitoramento de operação do parque eléico:** A Companhia celebrou contrato com a Serviços de Energia S.A. de monitoramento remoto do parque eléico, corrigido anualmente pelo ICPA. **9.1. Relacionamento da Companhia com cada contraparte:** A controladora direta da Companhia é a SRM Holding S.A. a controladora indireta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP – Energias de Portugal S.A. **9.2. Remuneração dos administradores:** A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Eléica SRM III S.A. no exercício final em 31 de dezembro de 2021. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios de desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

**10. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS**  
Cauções e depósitos vinculados de empréstimos  
Ativo circulante  
Ativo não circulante  
Total  
12.893 807  
10.069 807  
2.824 807  
12.893 807

**a) Garantias** ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, foram esta-  
belhecidas a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNB e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretirável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda a arrecadação será depositada na Conta Vinculada. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá manter saldo correspondente a 4,42% do valor desembolsado. A liberação dos depósitos vinculados está condicionada à liquidação da obrigação assumida do financiamento, razão pela qual os fundos disponíveis nas contas de Cauções e depósitos vinculados foram classificados como ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2021. O saldo disponível na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$12.893 foi aplicado em Certificado de Depósitos Bancários - CDB DI e operações compromissadas com remuneração média à taxa de 79,79% do Certificado de Depósito Interbancário CDI junto ao Banco Santander, visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

**11. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES**  
Circulante  
Adiantamento a fornecedores  
Total  
27 111  
27 111

**12. DESPESAS ANTECIPADAS E OUTROS CRÉDITOS**  
Circulante  
Outros créditos  
Total  
16 485  
16 485

**13. IMOBILIZADO**  
Imobilizado em curso  
Total  
153.307 -  
153.307 -  
153.307 -  
153.307 -

**Imobilizado em curso**  
Total  
54.339 -  
54.339 -  
54.339 -  
54.339 -

O saldo do imobilizado em curso refere-se principalmente a pagamentos ao fornecedor para aquisições dos aéro-  
geradores e estudos de engenharia civil para a construção do Parque eléico.  
A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:  
**Imobilizado em curso**  
Total  
54.339 99.987  
54.339 99.987

A Companhia realiza o teste de valor recuperável dos seus ativos para todos os períodos apresentados, por política do Grupo EDP – Energias de Portugal, e não encontrou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável dos seus ativos no período.

Central Eléica SRM III S.A.  
CNPJ nº 29.433.969/0001-38  
Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Impostos a pagar	8	70	84
Fornecedores	10	23.445	8.057
Empréstimos e financiamentos	15	10.095	30
Partes relacionadas	9	26.480	-
		<b>60.090</b>	<b>8.171</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos		93.047	28.891
		<b>93.047</b>	<b>28.891</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>153.137</b>	<b>37.062</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	16	27.731	54.211
Prejuízo acumulado	16	(1.191)	(196)
		<b>26.540</b>	<b>54.015</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>179.677</b>	<b>91.077</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>179.677</b>	<b>91.077</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**6. NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS**  
As seguintes normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). **Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – Alterações do IAS 1:** As alterações do IAS 1, "Inventário de Passivos", esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período de relatório. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data de relatório. As alterações também esclarecem o que a IAS 1 significa quando se refere à "liquidação" de um passivo. As alterações podem afetar a classificação de passivos, particularmente, para entidades que pretendem considerar as intenções da administração para determinar a classificação e para alguns passivos que podem ser convertidos em patrimônio. Devem ser aplicados retrospectivamente de acordo com os requisitos normais da IAS 8 Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. O IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022. **1. "Inventário de Passivos e Retificação de Erro"** – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações de capital. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" – esclarece a exclusão de itens de tributos e a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros



